



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO**  
**Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro**  
**Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau**

**ATA DA 1ª REUNIÃO 2021**

Ata da 1ª Reunião do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau de 2021, realizada no dia 22 de fevereiro, às 14 horas, na Sala de Reunião Virtual.

**1. PARTICIPANTES**

Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro - Juíza do Trabalho Titular da 2ª VT de Barreiros  
Ana Maria Aparecida de Freitas - Juíza Titular do Trabalho da 15ª VT de Recife  
Katia Keitiane da Rocha Porter – Juíza Titular do Trabalho da 03ª Vara de Caruaru  
Laura Cavalcanti de Moraes Botelho – Juíza Presidente da Amatra6  
Patrícia Franco Trajano - Juíza Substituta do Trabalho da 3a VT de Olinda  
Maria da Conceição Menezes Gomes - Diretora de Secretaria da 1a VT de Barreiros  
Henrique Beça Gibson - Diretor de Secretaria da 3a VT de Caruaru  
Letícia Fernandes Duarte - Diretora da 1ª VT de Jaboatão dos Guararapes  
José Paulo Ferreira - Diretor de Secretaria da 2ª VT de Paulista  
Elisabete Duarte de Sousa Alves - Coordenadora de Gestão Estratégica TRT6

**2. ANÁLISE E DELIBERAÇÕES**

Pauta 1 – Retorno às atividades presenciais

Dando início aos trabalhos, com a palavra Dra. Katia Keitiane da Rocha Porter, ressaltou o motivo da presente reunião, ressaltando acerca da prorrogação da fase 2 do plano de retomada, e indagando aos participantes se teriam, alguma demanda encaminhada ou algo a dizer acerca do retorno aos trabalhos presenciais. Indagou ainda, se alguém teria outro tema para discutir como pauta da reunião.

Com a palavra, Dra. Patrícia Trajano informou que gostaria de deixar estabelecidas as datas das reuniões como calendário anual, como havia sugerido Dra. Ana Freitas na ultima reunião.

Com a palavra a servidora Elisabete afirmou que a resolução indica que as reunião sejam marcada em calendário anual.

Em seguida Dra. Patrícia Trajano, ressaltou que na última reunião já havia se estabelecido entre os participantes do comitê uma reunião bimestral.

Com a palavra Dra. Kátia, determinou como data a última segunda feria do mês sendo a cada dois meses. De modo que ficaram estabelecidas as seguintes datas das



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO**  
**Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro**  
**Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau**

próximas reuniões: dias 26 de abril, 28 de junho, 30 de agosto, 25 de outubro e 13 de dezembro de 2021.

No tocante ao tema das audiências telepresenciais, Dra. Ana Freitas relatou sobre a situação da capital, frisando sobre a campanha da OAB de retorno as atividades presenciais, ressaltando que a Presidência do TRT6 foi prudente em prorrogar a fase 02, tendo em vista a ascensão dos números de casos da COVID e de mortes por COVID. Ressaltou que a problemática maior se trata da necessidade de audiências para produção de prova oral e sugerindo que houvesse audiências todos os dias da semana, de segunda a sexta, para todas as Varas da Capital sendo, pela manhã as Varas pares, e pela parte da tarde as Varas ímpares, das 09 às 13hs e das 14hs até às 17hs, acreditando que dessa forma não se acumularia tantas pessoas pelos corredores aguardando as audiências, e diante da pressão e resistência das audiências telepresenciais.

Pediu a palavra Dra. Laura, que afirmou que referente à pressão da OAB, e em conversas com alguns representantes de entidades associativas de advogados, salienta que essa pressão se dirige mais a Justiça Comum, embora a gente receba os reflexos da dessas pressões. Informou que recentemente o Estado do Piauí anunciou medidas restritivas, além de ter sido informada que poderá haver mudanças no novo cenário e que há notícias de fechamento das escolas novamente. Afirmou que nas reuniões que foram realizadas pela Amatra e na reunião com os juízes titulares foram colocadas algumas sugestões acerca de utilizar espaços da EJ e de Jaboatão, além dessa possibilidade de revezamento. Salientou que embora a sugestão acerca do horário fosse interessante, requer atenção mais especial acerca do assunto tendo em vista que haverá um gasto maior do consumo de energia.

Com a palavra Dra. Katia Keitiane, afirmou que as varas do trabalho do interior tem uma estrutura melhor com prédios maiores e normalmente bem instaladas, o que difere das Varas da Capital. Pontuou a necessidade de o Tribunal tratar as Varas do Trabalho da Capital de maneira diferenciada. Ao mesmo modo, acredita que as Varas do interior já poderiam ter permissão de ampliação dos horários e demarcação de audiência. Salientou que a OAB poderia dirigir suas indignações diretamente à Justiça Comum, e acaba que a Justiça do Trabalho sofrendo com os questionamentos de insatisfação da justiça.

Dra. Laura retomou afirmando que a Capital tem maior dificuldade em relação ao rodízio, para fins de trazer alternativas para as Varas que não estariam naquela semana de realizar audiência, ou que não estariam em atividade presencial, e por isso a ocupação de outros espaços seria uma das alternativas.

Dra. Ana Freitas, aduziu que a pauta já se encontrava ajustada quando ocorre a prorrogação da fase 2, e embora tivesse ajustado a pauta para readequar ao ato, teve algumas que não houve tempo hábil, e um escritório advocatício solicitou o adiamento da audiência por não estar ajustada em uma hora de intervalo, uma vez que estava com intervalo de 45min.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO**  
**Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro**  
**Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau**

Com a palavra Henrique Beça ressaltou que também soube através de outros advogados da direção de Caruaru que realmente as queixas da OAB não se referiam a Justiça do Trabalho e sim a Justiça Comum. Afirmou que não acredita que o problema da ampliação seja o consumo de energia, uma vez que houve economia com a situação da Pandemia, o que poderia viabilizar a abertura do fórum pelo período da tarde. Continuando, afirmou que ainda não há manifestação da Presidência acerca da prorrogação da fase 2, já que soube que estariam aguardando manifestação do Governo do Estado de Pernambuco. Lembrou que se nada ocorrer dia 01 de março se iniciaria a fase 3 com ampliação das audiências, e com intervalos menores entre as audiências.

Com a palavra Dra. Ana Freitas, salientou que o Tribunal talvez necessite conversar com os principais dirigentes da OAB para tentar quebrar a resistência de realizar audiências telepresenciais, acreditando que o diálogo seria uma ótima solução para adesão da realização de audiências virtuais.

Com a palavra Dra. Kátia Keitiane salientou que o Tribunal tem gerido toda essa crise, se posicionando de maneira comedida, ouvindo e consultando órgãos, OAB, Amatra, AATP, não tomando nenhuma decisão de forma unilateral. Salientou a aquisição de celulares para viabilizar a comunicação com os jurisdicionados.

Questionou os presentes se ainda havia pontuações a serem discutidas na reunião, no tocante ao retorno aos trabalhos.

**Com a concordância de todos os presentes, ficou decidido que seja enviado à Presidência, para conhecimento.**

Outro ponto levantado pela Dra. Patrícia Trajano solicitou uma reflexão para que analise posterior sobre laboratórios de inovação, pensar enquanto tribunal sobre como contornar de modo geral essa crise.

Com a palavra Dra. Laura aduziu que muitos tribunais estão criando laboratórios de inovação, inclusive com interface com a sociedade, que permitam uma construção de ideias e sugestões.

Com a palavra Elisabete aproveitou para divulgar o CSJT lançou inscrições Prêmio Cooperari, com finalidade de lançar ideias inovadoras para que seja implantado nacionalmente, e ainda o CNJ está lançando o Webinário do Programa Justiça 4.0.

Finalizados os trabalhos e com o agradecimento e concordância de todos os presentes, ficou definido o **dia 26 de abril de 2021, às 14h, na sala virtual**, para a Primeira Reunião do Comitê.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO**  
**Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro**  
**Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau**

Os participantes, identificados a seguir, aprovam e assinam eletronicamente a respectiva ata.

Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro – Juíza Titular do Trabalho da 2ª VT de Barreiros

Ana Maria Aparecida de Freitas - Juíza Titular do Trabalho da 15ª VT de Recife

Katia Keitiane da Rocha Porter – Juíza Titular do Trabalho da 03ª Vara de Caruaru

Laura Cavalcanti de Moraes Botelho – Juíza Presidente da Amatra6

Patrícia Franco Trajano - Juíza Substituta do Trabalho da 3ª VT de Olinda

Maria da Conceição Menezes Gomes - Diretora de Secretaria da 1ª VT de Barreiros

Henrique Beça Gibson - Diretor de Secretaria da 3ª VT de Caruaru

Letícia Fernandes Duarte - Diretora da 1ª VT de Jaboatão dos Guararapes

José Paulo Ferreira - Diretor de Secretaria da 2ª VT de Paulista

Elisabete Duarte de Sousa Alves - Coordenadora de Gestão Estratégica TRT6